



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO
DE ENSINO APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
BOTUMIRIM - MG**

FABIANA RODRIGUES FELIX

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO
DE ENSINO APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE
BOTUMIRIM - MG**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fabiana Rodrigues Felix

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BOTUMIRIM - MG

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof^a. Giselle Cristina Rodrigues – Orientadora

Fabiana Rodrigues Felix - Cursista

RESUMO

Análise Crítica “A participação da família no processo de ensino aprendizagem em uma escola pública de Botumirim-MG”. O trabalho tem como referência à Escola Estadual Doutor Jose Esteves Rodrigues tendo como referência a gestão democrática, bem como as ações que são implementadas na escola para amenizar os impactos da participação dos pais. A análise visa ainda fornecer a reflexão de decisões que serão tomadas a partir da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e proporcionar aos educadores nova perspectiva de ação-reflexão de uma nova prática sob o prisma da Gestão Democrática.

Palavras-chave: gestão, democrática, pais, participação, aprendizagem

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	06
II – DESENVOLVIMENTO.....	08
III - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
IV - REFERÊNCIAS.....	13
V - ANEXO Projeto Político Pedagógico	14

I – INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Doutor José Esteves Rodrigues foi criada aos quinze dias do mês de janeiro de 1917, com a nomenclatura de Escola Mista do povoado de Serrinha do município de Grão Mogol, constituída de uma turma multiseriada. A escola, que antes era estadual passou a pertencer a prefeitura municipal de Grão Mogol, passando a denominar-se “Escolas Reunidas Combinadas”. Com a criação do distrito de Botumirim, a escola passou novamente a pertencer ao Estado e, em 1955, foram instaladas as Escolas Reunidas com cinco classes e uma diretora que foi aumentando sucessivamente.

Em 1965, foi criado o Grupo Escolar Dr. José Esteves Rodrigues pelo Decreto 4818 de 28/06/1965. A partir de julho de 1964, passou a denominar-se Escola Estadual Doutor José Esteves Rodrigues de 1º grau. Atualmente funciona na rua Doutor José Ferreira, número 14 centros, Botumirim. A escola funciona em prédio próprio e oferece os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental (primeiro ao quinto ano) ministrados sob o regime de ciclos Ciclo da Alfabetização, com duração de três anos e Ciclo Complementar com duração de dois anos. Possui um total de doze turmas no turno matutino e vespertino. As salas de aulas comportam de vinte a trinta alunos e são bem arejadas. O calendário escolar conta com o mínimo de 200 dias Letivos e 800 horas anuais adequados as peculiaridades locais e regionais. Possui também quadra poliesportiva, laboratório de informática bem equipado, biblioteca e sala de recursos multifuncionais.

Em relação aos projetos educacionais, a escola possui dois projetos financiados pelo governo federal e estadual, sendo eles: Projeto Mais Educação, que tem como objetivo a ampliação da permanência do aluno na escola, além do Projeto Incluir destinado aos alunos portadores de necessidades especiais. O corpo docente possui formação superior e pós-graduação, além de participarem constantemente de cursos de capacitação e aperfeiçoamento. O município de Botumirim é pequeno, com poucas atividades econômicas e de lazer. Sua fonte de renda é baseada quase que somente em atividades de pecuária e agricultura. Grande parte das famílias sobrevive de benefícios do governo federal e não possuem escolaridade formal ou são analfabetos. Outro fator relevante é a composição das famílias onde basicamente verificamos que as casas são chefiadas

por mulheres, que são responsáveis pela educação dos filhos além do sustento da casa.

O desenvolvimento do trabalho nessa escola ocorre de forma participativa e democrática, produtiva, prevalecendo à ênfase no bem comum. Assim, a ética, a honestidade, a solidariedade e a justiça sempre estão associadas às ações dos seus servidores, mantendo um clima de harmonia, de coleguismo e de crescimento profissional de todos os envolvidos da educação. Desta forma também procuramos manter um bom relacionamento com a comunidade escolar, procurando tratá-los com cortesia e presteza além de mantê-los informados sobre o desempenho de seus filhos.

Desta forma, o presente trabalho nasce de uma angustia enfrentada por grande parte dos educadores nos tempos atuais, diante do quadro de omissão da família no processo educacional de seus filhos. A partir dessa realidade que aflige a gestão democrática o tema escolhido foi à participação da família no processo educacional, observando o quanto essa participação é importante para que ocorra o sucesso dos alunos. Em geral percebemos que os educadores buscam constantemente alternativas que possam diminuir o número de fracassos escolares ou então proporcionar um aprendizado completo e dinâmico a todas as crianças em período escolar. Por outro lado enquanto gestora, a busca constante da parceria entre família escola, não tem alcançado bons resultados, pois a presença da família na escola tem se tornado cada dia mais escassa.

Com esse trabalho pretendemos alcançar o objetivo geral de compreender as razões da família para o afastamento da escola mostrando a real importância dessa parceria, resgatando o fortalecimento da auto-estima a fim de aproximá-los das atividades educativas. Pretendemos também mostrar o quanto é prejudicial a ausência da família na aprendizagem de seus filhos, buscando possíveis alternativas para maior envolvimento dos pais nas atividades escolares e apontar a visão dos docentes em relação a não participação da família. O trabalho se dá pela pesquisa bibliográfica e pela observação enquanto gestora de uma escola pública.

II - DESENVOLVIMENTO

A estrutura familiar vem sofrendo ao longo dos tempos diversas transformações, antes a composição da família era constituída por pai, mãe e os filhos. Com o passar dos tempos podemos notar que essa estruturação vem sendo gradativamente modificada, hoje notamos diversas composições, como por exemplo: sem a presença do pai, da mãe e até mesmo as crianças sendo criadas pelos avôs. Percebemos também que antes, cabia ao homem a obrigação do sustento familiar e a mulher o cuidado da casa e da educação dos filhos. Nos tempos atuais essa dinâmica não mais existe.

A partir dessa mudança, as mulheres começaram a assumir um papel de maior destaque tanto na família quanto na sociedade, seja trabalhando em empregos formais e ajudando nas despesas domésticas.

É no contexto escolar onde notamos as maiores mudanças advindas da desestruturação familiar, com cada dia mais a família se tornando ausente e a escola passa a assumir funções de competência familiar. Podemos mencionar os diversos documentos legais que estabelecem a obrigação familiar em se responsabilizar pela educação de seus filhos. O ECA (Brasil. 1990) dividiu a responsabilidade pelas crianças e adolescentes brasileiros entre a família, o Estado e a sociedade. Assim, de acordo com seu art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com prioridade absoluta, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Brasil. 1990)

Outro documento extremamente importante é a Constituição Federal de 1988 que menciona no seu Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão. (BRASIL, 1988, p.148).

Portanto como percebemos nos documentos acima a família tem o dever de garantir a educação de seus filhos bem como proporcionar o seu bem estar. Diante desse contexto da precariedade das relações entre escola e família, e ao longo do trabalho enquanto gestora escolar, o assunto é sempre questionado no interior da escola em reuniões pedagógicas e em reuniões de pais. No entanto pouco se tem feito para melhorar essa relação.

Se por um lado os professores se queixam em assumir a educação sem ajuda dos pais, por outro os pais sempre colocam que a responsabilidade pela educação cabe a escola. Mencionam ainda falta de tempo para conversar com seus filhos, ensinar as tarefas de casa, e freqüentar as reuniões de pais. Nota-se portanto que conforme documento da Unesco (2010, p.17)

Uma família cujos membros mais velhos frequentaram a escola por um tempo significativo tende a entender e valorizar o que acontece nesta instituição. Isso facilita a transmissão das regras escolares aos seus membros mais jovens. A importância do uniforme, a capacidade de esperar a vez de falar, por exemplo, são normas que têm de ser aprendidas. O acompanhamento do dever de casa é outro exemplo de como a escola requisita espaço e tempo do cotidiano familiar. Entretanto, muitas famílias simplesmente não sabem ou não conseguem realizar esse acompanhamento com a disponibilidade e/ou competência que se espera delas.

Notamos que esse fator, mencionado no documento da Unesco, é bastante decisivo na condução dos alunos e da participação da família na escola. A participação dos pais no cotidiano escolar dos filhos é um fator determinante para o desempenho do aluno na escola, tornando a família a instituição importante no processo ensino-aprendizagem. Bhering e Siraj-Blatchford (1999) destacam que a participação de pais na escola não só colabora com o processo escolar, como também na melhoria do ambiente familiar, provocando uma melhor compreensão do processo de crescimento e aprimoramento das reações. É importante revelar que a abertura à participação escolar, esbarra até hoje, em uma cultura de uma escola hierarquizada onde não existe a presença dos diversos segmentos como, pais e toda comunidade escolar.

Para democratizar a escola é necessário que ela seja aberta à participação de amplos segmentos da sociedade, para que estes tenham voz e voto e sejam capazes de tomar decisões sobre o que acontece no âmbito da escola” (Ibid, p. 45).

Dessa forma, os gestores escolares devem ouvir as diversas opiniões e segmentos e ser capazes de adotar as diversas sugestões. Na tentativa de melhorar essa relação diversas ações são implementadas no interior da escola, como a realização de pesquisas, a fim de verificar o horário mais adequado de reuniões, palestras com assuntos de interesse dos pais, além do atendimento diferenciado e individualizado, abertura da escola nos finais de semana.

Outro problema que grande parte das escolas enfrentam é o excesso de burocratização do ensino, onde verificamos que os conteúdos estão cada dia mais distantes da realidade escolar, fazendo com que os alunos percam o interesse pelo ensino, dificultando ainda a participação dos pais em atividades rotineiras. Segundo Guzzo e Tizzei (2007, p. 42)

A família representa um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento da criança, porque é o primeiro sistema em que o ser humano se insere na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer seu vínculo com o mundo.

É relevante mencionar como observamos na escola, as crianças que são acompanhadas dos pais seu desempenho tende a ser melhor em todos os seus aspectos psicológicos e de aprendizagem. Conforme Rubinstein (2003, p 51), a aprendizagem proporcionada pela escola não compreende apenas o conhecimento social, mas também valores e ideais. A escola é o lugar onde ocorre a continuidade dos princípios familiares. Assim, a escola permanece encarregada de receber e orientar o aluno em complementação à educação da família, para que possa se acomodar no meio, da melhor forma possível.

Grande parte das dificuldades em que os gestores enfrentam na escola refere-se à falta de princípios de alguns alunos, onde verificamos violência entre alunos e até mesmo entre os funcionários da escola, professores, direção. Dessa

forma os alunos que comentem tais atitudes são isentos de responsabilidade e punição, e os pais não agem colaboram com a escola em adotar medidas disciplinares.

De acordo com Cardoso (2009, p. 66), o papel da escola encontra-se alicerçado nas questões relacionais, sociais, nas capacidades cognitivas, na habilidade de lidar com o novo. Por isso, compete à escola tornar o indivíduo um cidadão capaz de exercer a sua cidadania, bem como reconhecer seus direitos e deveres.

Diante de tais constatações verificamos que até o momento nota-se que pouco se conseguiu avançar para melhorar essa relação.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise e reflexão sobre a participação dos pais na vida escolar de seus filhos percebe-se que esta relação muito precisa melhorar tanto no que se refere à forma da escola em tratar os pais assim como os pais em contribuir de forma mais significativa na vida escolar de seus filhos.

Desta forma a escola, luta e trabalha por uma educação de qualidade para todos os alunos, mas deparamos com uma realidade não muito favorável. Sempre almejamos uma escola, onde os pais possa preocupar mais com seus filhos, acompanhem nas atividades escolares, e que possam oferecer um ambiente familiar harmônico para o desenvolvimento de bons hábitos, de leitura, escrita e de valores essenciais de convivência com o próximo.

A escola ainda precisa desenvolver algumas atividades que consideramos essenciais para aproximar os pais da escola. São exemplos de atividades a serem implementadas na escola, escutar mais a opinião dos pais em relação a escola, e inseri-los nas atividades para que os mesmos sintam-se parte integrante e importantes da escola.

Para tudo isso a escola desenvolve um trabalho contínuo e sistemático e com a busca da conscientização dos pais e funcionários para que cada dia mais essa relação se torne mais produtiva e com isso tenhamos uma geração de alunos com melhores níveis de aprendizagem.

IV - REFERENCIAS

ALMEIDA, A.M. de. **Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade.** Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.

BHERING, E. SIRAJ-BLATCHFORD I. **A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração.** Caderno de pesquisa, n.106, p. 191-216, mar.1999. Disponível em <<http://scielo.br-br-pdf-cp-n106a09.pdf>>. Acesso em: 20 fev,2014

Brasil. Constituição(1988). **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília, DF:Senado Federal: Centro Gráfico,1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de julho de 1990

CARDOSO, A.R. Escola e pais separados: uma parceria possível. Curitiba: Juruá, 2009.

GUZZO, R.S.L, TIZZEI, R.P. **Olhar sobre a criança: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento.** In: Guzzo R. S.L, et al. Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco. Campinas, SP: Alínea, 2007.p 35-37.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária.** Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. n. 24. São Paulo: Cortez e Autores Associados,1987.

RUBINSTEIN, E. R. **A queixa escolar na atualidade** In: RUBINSTEIN, E. R. O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: Entre o saber e o conhecer. Casa do Psicólogo, 2003. P. 51-71

ANEXOS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL BIAS
FORTES: AÇÃO COLETIVA NO COTIDIANO ESCOLAR**

**FABIANA RODRIGUES FELIX
SANDRA MÁRCIA SILVA CÉSAR
WALDECY LOURDES DE MOURA ALVES**

**BELO HORIZONTE, 2014
UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
2. FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
4. CURRÍCULO.....	12
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	27
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	31
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	36
8. AVALIAÇÃO.....	44
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1- INTRODUÇÃO

A elaboração do Projeto Político - Pedagógico da Escola Estadual Bias Fortes, árduo e constante, tem seu registro fundamentado nas opiniões, respostas, solicitações, ideias e valores expressos por toda a comunidade escolar.

A necessidade do documento já era comprovada pela equipe pedagógica há algum tempo, então, a Direção Escolar, deliberou que a Supervisão Pedagógica desta instituição coordenasse todo o processo que, por sua vez, formou uma equipe e dividiu tarefas.

Os pais de alunos e funcionários receberam entrevistas e foram ouvidos informalmente sobre aspectos a serem abordados na proposta pedagógica para a melhoria do fazer educativo na escola.

O Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica existente, cadernetas, fichas de alunos, Estatuto da Criança e do Adolescente, Referencial Curricular do 1º ao 5º ano da Escola Estadual Bias Fortes, Parâmetros Curriculares Nacionais do 1º e 2º Ciclo do Ensino Fundamenta/MEC, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/MEC, Cadernos de Orientação para o Ciclo de Alfabetização e resoluções, instruções da SEE foram consultados e/ou estudados.

Com base em tudo que foi ouvido, analisado e criticado construiu-se um parâmetro para o trabalho na área pedagógica da escola que está intimamente ligada ao administrativo para “bem funcionar”.

A descrição desse parâmetro de trabalho foi ajustada aos tópicos apresentados na “instrução para elaboração do Projeto Político - Pedagógico da Escola” exposto pela Divisão de Equipe Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino de Januária (SRE) de Januária – MG; sendo que a principal literatura que permeia indiretamente neste documento baseia-se em referências bibliográficas, expostas no final deste trabalho.

Os ideais de redemocratização das instituições sociais e educacionais do nosso país na década de 1980 têm como marcos a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996. Essas duas legislações são baseadas na perspectiva democrática, ampliando o papel da

escola diante da sociedade, colocando-a como centro de atenção das políticas públicas educacionais mais gerais e fortalecendo sua autonomia, como afirma o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED (2001).

A grande inovação é a possibilidade das instituições escolares organizarem os seus trabalhos de forma coletiva e, a Escola Estadual Bias Fortes, apropriando-se de seus direitos vem neste trabalho registrar a elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico.

O termo “projeto” vem do latim *projectu*, particípio passado, do verbo *projicere*, que significa lançar para adiante. (FERREIRA, 1975, p. 1144)

Assim, pode ser entendido como desígnio, intento, empreendimento. E explicita a intencionalidade da escola, indicando seu rumo, sua direção e traçando sua identidade.

Para o CONSED (2001, p. 31) o projeto “é concebido como um instrumento teórico-metodológico com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer, para realizar da melhor maneira possível, sua função educativa”.

Veiga (1995, p. 9) explica os três termos: projeto, político e pedagógico:

Projeto significa uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É político, pois tem o compromisso com a formação do cidadão para uma dada sociedade. Por fim, diz ser pedagógico no sentido de definir as ações educativas partindo da realidade da escola com o objetivo de cumprir seus propósitos e sua intencionalidade.

Para Machado (2002) o Projeto Político Pedagógico pressupõe o compromisso com a construção coletiva, ampla participação de todos os segmentos da comunidade escolar, exigindo competência, vontade política de todos, tempo coletivo para reflexões, estudos e decisões.

A Escola construiu esta proposta de acordo com LDB (Lei nº 9.394/96) destacando três grandes eixos. O primeiro é o da flexibilidade, a escola teve a possibilidade de organizar seu próprio trabalho. Vivenciou-se a autonomia pedagógica expressa no Art. 14 da Lei. O segundo princípio está no Artigo 9º, inciso VI, ao reforçar o eixo da avaliação nos vários níveis de ensino. Com o terceiro eixo, o da liberdade explicitado no Artigo 3º ao expressar o pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e gestão democrática a ser definida em cada sistema de ensino, respeitando as normas comuns.

A LDB também delega nos Artigos 12, 13 e 14 aos sujeitos a elaboração do Projeto Político Pedagógico, sendo incumbência dos estabelecimentos de ensino com a participação dos profissionais da educação envolvendo a comunidade escolar e local.

O Projeto Político-Pedagógico da E. E. Bias Fortes está fundamentado nos princípios norteadores da escola democrática, pública e gratuita que são: igualdade de acesso e da permanência do aluno na escola com sucesso; um ensino de qualidade em todas as escolas; gestão democrática; liberdade e autonomia; valorização dos profissionais da educação e; estabelecimento de relações significativas entre escola e comunidade local. Ilma Passos A. Veiga (1996) descreve os princípios norteadores do Projeto que aqui foram apropriados alguns trechos:

- a) igualdade de condição e acesso e permanência na escola. Igualdade de oportunidade...
- b) qualidade que não pode ser privilégio só de minorias econômicas e sociais... qualidade para todos.
- c) gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira (...) trata-se da participação crítica na construção do Projeto Político-Pedagógico e na sua gestão.
- d) o princípio da liberdade está associado à idéia de autonomia (...) liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.
- e) valorização do magistério é o princípio central (...) a qualidade do ensino e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente com a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação à escola, redução do número de alunos na sala de aula, etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério. (VEIGA: 2002, p.16- 20).

Os princípios são interdependentes. A escola pretende se aproximar mais dos pais, pois quando isso acontece, os laços se estreitam, todos os segmentos participam das decisões, tornando a gestão democrática possível. Todos ficam conhecendo o funcionamento da escola, seus pontos fracos e fortes decidem e se responsabilizam pelos seus rumos.

O princípio do acesso e da permanência bem sucedida do aluno na escola é almejado pelo presente Projeto, uma vez que se observa que há um número considerável de brasileiros nas escolas, mas sem uma educação de qualidade ou insatisfeitos com os resultados escolares.

Sabe-se que no processo de construção de seus sonhos e ações, a escola desenvolve seu poder de governo. Ao pensar de acordo com suas possibilidades e na busca de soluções, considerando as leis existentes, a escola vivencia o princípio da autonomia.

O projeto da Escola compartilha da concepção de que o profissional da educação deve ser capaz de atender as exigências educacionais modernas, boas condições de trabalho e uma boa formação.

O Projeto da E. E. Bias Fortes não se justifica em atender exigências legais, mas sim pela necessidade de organizar seu funcionamento de forma que as ações concretas atendam aos objetivos propostos.

Acredita-se que para a concretização desse projeto é urgente inovar a ação coletiva no cotidiano escolar. A legislação assegura a construção coletiva, no entanto, é importante que todos os envolvidos se tornem responsáveis, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

2 - FINALIDADES DA ESCOLA

Com os tempos modernos, a escola também precisa estar preparada para que o aluno possa utilizar as diversas ferramentas da tecnologia seja no mundo do trabalho seja nas relações sociais.

Espera-se oferecer aos alunos uma educação de qualidade, contendo além da educação tecnológica a humanista onde possam aprender a viver e a conviver, seja no mundo do trabalho seja nas relações pessoais. Desta forma acredita-se que haverá a formação de cidadãos críticos e participativos.

A Escola Estadual Bias Fortes, muito tem correspondido aos objetivos da área educacional, preocupando-se em alfabetizar com qualidade seu corpo discente, contribuindo para a formação de cidadãos competentes e participativos, atuantes na sociedade em diversas e/ou notórias profissões.

3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Diante da grande demanda de trabalho a escola, liderada pela equipe gestora tem procurado valorizar as estruturas pedagógicas, que é o objetivo e a

razão de ser e existir de toda instituição escolar, refere-se, portanto ao processo de ensino e aprendizagem.

No entanto para que o processo pedagógico possa ser cumprido é preciso atenção especial à estrutura administrativa, que se refere aos recursos financeiros, de pessoal, a burocracia necessária ao bom funcionamento da instituição escolar.

3.1 - Estrutura Organizacional Administrativa

Pelo Decreto nº 5976 de 21/02/1922, o Governo do Estado de Minas Gerais, na época, Dr. Arthur da Silva Bernardes, criou o Grupo Escolar Bias Fortes, primeiro estabelecimento oficial de ensino de Januária. Localizava-se na Praça Melo Viana, atualmente, Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 120. A instalação no prédio atual foi em 1927. Atual tipologia é R.0.4.0.B.2 e código: 062375.

Hoje, atende a 647 (seiscentos e quarenta e sete) alunos, distribuídos em Ciclo da Alfabetização: 1º, 2º e 3º anos e Ciclo Complementar: 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, com regentes de turmas unidocentes. Ressaltamos que cerca de 98% dos alunos da E. E. Bias Fortes foram encaminhados para matrícula via cadastramento escolar que a Secretaria Municipal de Educação coordena e utiliza como 1º critério, o endereço do aluno, ou seja, preferência à frequência da criança na escola mais próxima da sua casa.

O segredo de êxitos constantemente comprovados pela E. E. Bias Fortes foi de jamais lhe faltar servidores/profissionais competentes, imbuídos de grande responsabilidade, honrados por trabalhar nesta escola já conceituada como “berço da educação Januarense”.

A Escola possui uma rede física bem estruturada com prédio próprio e durante o ano de 2006 foi reformado e ampliado. Possui 13 salas de aulas bem planejadas, o serviço de supervisão conta com uma sala, os números de banheiros também aumentaram, sendo 02 para portadores de necessidades especiais e mais 01 banheiro para funcionários. A diretoria é pequena e funcional. A secretaria funciona em sala de aula adaptada. A cozinha e a despensa foram ampliadas e equipadas de maneira simples e funcional.

A escola possui 01 quadra descoberta em péssima condição de uso, necessitando de revestimento e pintura. A biblioteca foi ampliada e agora permite desenvolver trabalhos que exigem espaço e comodidade. O pátio é espaçoso, porém com poucas árvores e é utilizado como espaço para desenvolvimento de atividades educativas, como as aulas de Educação Física. Há uma sala para multimeios – TV, vídeo, DVD – e ainda um pequeno laboratório de informática.

Um grande espaço de recreação da escola foi cedido para a construção da 17ª SRE em 2010, ficando então, apenas com o pátio - pequeno espaço para recreação e quadra.

A escola possui alguns equipamentos como: 01 TV em cores; 01 vídeo-cassete; 02 aparelhos de DVD; 03 bebedouros; 14 computadores com acesso à internet; 01 computador de uso da direção com acesso à internet; 01 computador na sala de supervisão com acesso a internet; 04 impressoras multifuncionais, 02 refrigeradores, 06 rádios CDS, 02 antenas Parabólicas, 01 fogão industrial, 01 liquidificador industrial, 04 microfones sem fio, 01 ar condicionado, 40 ventiladores, 01 caixa de som acústica, 01 microsystem USB, 01 retroprojektor e o tele mapa, 02 notebook, 01 máquina de processamento de dados, com projetor de vídeos e lousa digital.

Os recursos financeiros serão provenientes de: verbas repassadas pela Secretaria de Estado de Educação e recursos federais, através da Caixa Escolar.

No que se refere aos recursos humanos, possui servidores preparados e capacitados, com formação superior e buscando sempre aprimorar seus conhecimentos através de graduações, especializações e/ou capacitações em serviço.

O Quadro de Servidores é composto por 01 Diretor; 01 Vice-Diretor; 01 Secretária; 03 Especialistas da Educação; 26 Professores Regentes de Turmas; 02 Professores Eventuais; 02 Professores para o Ensino do Uso da Biblioteca; 05 Assistentes Técnicos da Educação Básica (Secretaria); 10 Auxiliares de Serviços da Educação Básica e 01 Assistente Técnico da Educação Básica – Área de Finanças.

3.2- Estrutura Organizacional Pedagógica

A E. E. Bias Fortes, assim como todas as escolas que fazem parte da Rede Estadual de Educação tem como base para a organização pedagógica o estabelecido na Resolução SEE / MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais”.

Ao elaborar coletivamente este projeto pedagógico a escola tem como objetivos propiciar uma educação de qualidade e a preocupação com a formação integral do cidadão, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que demonstra quais são os objetivos para o Ensino Fundamental e também as orientações da UNESCO que estabelece os Quatro Pilares da Educação.

Conforme a legislação deve-se ter como objetivo no Ensino Fundamental, aqui identificado como objetivo geral desta proposta sendo, a formação básica do cidadão mediante:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da escrita e do cálculo;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 9394/96, ARTIGO 32).

O objetivo acima é o referencial para a prática, de acordo com a idade e nível de desenvolvimento dos alunos.

A Escola tem ainda como objetivo fazer com que o aluno aprenda a ser uma pessoa que se veja como um ser humano em suas múltiplas dimensões, com suas competências, desenvolvendo suas habilidades. Que tenha a auto-estima elevada, que seja autônomo, participativo e humano.

Faz-se necessário dizer que se devem favorecer os conhecimentos para a alfabetização e o letramento.

Como lembra Delors (2001, p. 91): “O aumento de saberes, permite compreender melhor o ambiente sob os seus diversos aspectos, favorece o despertar da curiosidade intelectual, estimula o sentido crítico e permite

compreender o real”. É importante oferecer um ensino de qualidade para que os alunos continuem os estudos nos anos finais do ensino fundamental em segurança, prosseguindo a sua escolaridade.

Oferecer oportunidades para que o aluno aprenda a fazer é um objetivo que a escola pretende alcançar. Ensinar o aluno a colocar em prática os seus conhecimentos, adaptar a educação ao trabalho futuro com criatividade, coletividade, mesmo diante de uma situação de incerteza, conforme cita Delors (2001, p. 93-96).

Isso será possível mediante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da crítica e do cálculo levando o aluno a pensar e resolver problemas da sua realidade, aplicar os conhecimentos adquiridos e ainda usufruir dos bens culturais, afetivos, sociais, materiais e econômicos existentes na sociedade.

Desenvolver a capacidade de aprender a conviver é um objetivo a ser alcançado por todos os envolvidos no processo-ensino aprendizagem. O ser humano deve ter a consciência de que vive em sociedade, que os direitos devem ser garantidos e especialmente os deveres que devem ser cumpridos. Para a concretização da democracia, as pessoas devem participar ativamente da sociedade em que vive desde cedo, crianças também são cidadãos. As regras de convivências são necessárias e esperamos trabalhar com uma educação afetiva e de paz.

Os alunos devem respeitar os valores e normas estabelecidas, não de uma maneira cega, mas com consciência do que é melhor para si e para o outro. Citamos novamente Delors (2001, p.97) que indica que a educação para atingir tais objetivos deve utilizar duas vias. A primeira é a descoberta progressiva do outro e a segunda é participar de projetos comuns.

Espera-se ainda desenvolver a aprendizagem de aprender a ser, que serve segundo Delors (2001, p.102) “para melhor desenvolver sua personalidade e estar a altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal”.

Ao estabelecer os objetivos traçados acima, a E. E. Bias Fortes acredita que há uma possibilidade estratégica para atingi-los através de ações compartilhadas.

Outrossim, torna-se necessário o empenho de todos: os pais devem estar dentro da escola, planejando e executando as tarefas; os professores são os artífices da obra democrática e autônoma, na elaboração do projeto e no cumprimento do plano de trabalho; os alunos são os sujeitos principais do projeto, participando com prazer, tendo responsabilidade, boa vontade para aprender, respeitar e ser respeitado na sua aprendizagem.

Destacam-se a seguir os objetivos e metas da escola:

- 1- Elevar para 602,00 a proficiência dos alunos do 3º ano de escolaridade;
- 2- Elevar para 91.66% os alunos do 3º ano no nível recomendável;
- 3- Elevar no mínimo 4.01% dos alunos do 3º ano, de baixo desempenho, para o desempenho intermediário e recomendável;
- 4- Reduzir para 2,33% os alunos de baixo desempenho;
- 5- 90% dos alunos do 2º ano lendo e compreendendo pequenos textos, produzindo pequenos textos escritos e fazendo uso da leitura e escrita nas práticas sociais;
- 6- 90% dos alunos do 1º ano com atitudes e disposições favoráveis à leitura desenvolvidas, conhecendo os usos e funções sociais da escrita;
- 7- Elevar para 215,00 a proficiência dos alunos do 5º Ano em Língua Portuguesa;
- 8- Elevar para 234,00 a proficiência dos alunos do 5º ano em Matemática;
- 9- 622,00% dos alunos do 5º ano no nível recomendável em Matemática;
- 10- 50.00% dos alunos do 5º ano no nível recomendável em Língua Portuguesa;
- 11- 100% dos professores elaborando e aplicando, durante todo o ano letivo, avaliações internas que subsidiam a reflexão acerca do desenvolvimento dos alunos e a correção de rumos, caso necessário;
- 12- 100% dos professores aptos a trabalhar de forma diversificada e interdisciplinar, com resultados eficazes;
- 13- 40% das famílias dos alunos envolvidas nas ações do Plano de Intervenção Pedagógica;
- 14- 100% das ações executadas. (PPP DA E. E. BIAS FORTES, 2002, p. 8).

Para o cumprimento destas metas a escola elaborou, juntamente, com o Colegiado e a Comunidade escolar o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), documento de extrema importância para o processo de ensino / aprendizagem.

4 - CURRÍCULO

O entendimento sobre currículo adotado pela escola está baseado nas ideias expostas por Giusta (2001, p. 10-14) em que apresenta três níveis de conceituação de currículo:

O que é de domínio público (...) é algo que corre, que tem uma seqüência, que flui, que transcorre, que faz atalhos, que faz cortes. O de quem vive o currículo como o aluno e o educador (...) para os alunos são os conhecimentos das matérias. (...) para os professores prevalece a visão tradicional de currículo como o conjunto de disciplinas, como treinamento de habilidades preestabelecidas. (...) concepção de currículo avançada com ênfase em conteúdos e valores, para que os alunos participem crítica e criativamente das transformações da sociedade. (...) respostas consistentes de que currículo como conjunto de experiências e atividades escolares, intencionais ou não, envolvendo professores, alunos e equipe técnica, todos mobilizados em torno da formação integral do aluno como cidadão. Daqueles que o elegem como tema de estudo e pesquisa (...) sintetizam elementos dos níveis conceituais anteriores e substanciam uma nova concepção do currículo caracterizado pela relação com a sociedade, com as finalidades da educação, com estrutura narrativa e como complexidade.

A escola deve seguir o currículo estabelecido pela SEE-MG, porém é autônoma no que diz respeito a adequação às necessidades e realidade do contexto na qual está inserida. Espera-se desenvolver o currículo num enfoque interdisciplinar numa integração recíproca entre duas ou mais disciplinas e campos de conhecimentos para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhado em parceria.

Entende-se que interdisciplinaridade pressupõe uma mudança de consciência, de postura e atitude quanto à vida, à sociedade, educação e homem, a preocupação deve ser a formação integral do ser humano em processo.

As disciplinas do currículo serão ministradas por um mesmo professor - Unidocência.

4.1 - Áreas do Conhecimento e Competências

As áreas do Conhecimento pontuam objetivos capazes de desenvolver as competências e habilidades necessárias à construção do conhecimento e as possibilidades cognitivas do sujeito no processo educativo.

4.2 - Ciclo da Alfabetização – 1º, 2º e 3º anos

O trabalho com o ciclo da alfabetização tem por base os referenciais para a educação infantil e ainda as orientações contidas nos cadernos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 das Orientações para o Ciclo da Alfabetização, publicado pelo CeALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG. O trabalho com o ciclo complementar de alfabetização usa como marco referencial os PCNs.

Para todo o ciclo da alfabetização, a escola adota como apoio curricular as orientações dos 06 cadernos elaborados pelo CeALE e distribuídos pela SEE-MG para todas as escolas de Ciclo Inicial.

O CeALE indica 05 eixos para serem observados nestas fases que são a compreensão e valorização da cultura escrita; a apropriação do sistema de escrita; leitura; produção escrita e; desenvolvimento da oralidade. Cumprem-se ainda as orientações dos PCNs: é também adotado o uso das matrizes de ensino da SEE-MG, de acordo com a Resolução 1086/08;

Língua Portuguesa:

✓ Objetivo Geral:

Adquirir progressivamente capacidades em relação à linguagem que possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado.

✓ Objetivo Conceitual:

Compreender o sentido implícito nos diversos tipos de textos, levando-se em consideração as ideias centrais do autor.

✓ Objetivo Procedimental:

Escrever textos dos gêneros previstos para o ciclo, utilizando a escrita alfabética e preocupando-se com a forma ortográfica.

✓ Objetivo Atitudinal:

Utilizar a linguagem para expressar sentimentos, experiências e ideias, acolhendo, interpretando e respeitando os diferentes modos de falar.

Matemática:

✓ Objetivo Geral:

Estabelecer relações que aproximam o aluno de conceitos, procedimentos simples e atitudes curiosas perante a Matemática.

✓ Objetivo Conceitual:

Construir o significado de número natural a partir de diferentes usos no contexto social, explorando situações problemas que envolvam contagens, medidas e códigos numéricos.

✓ Objetivo Procedimental:

Interpretar e produzir escritas numéricas, levantando hipóteses sobre elas, utilizando-se de linguagem oral, de registros informais e da linguagem matemática;

✓ Objetivo Atitudinal:

Desenvolver a curiosidade, a exploração e interpretação em utilizar números, principalmente na vida cotidiana.

Geografia / História:

✓ Objetivo Geral:

Compreender o espaço onde se está inserido, sabendo posicionar-se e agir adequadamente.

✓ Objetivo Conceitual:

Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço.

✓ Objetivo Procedimental:

Envolver-se criticamente no ambiente em que vive, posicionando-se de acordo com a realidade.

✓ Objetivo Atitudinal:

Posicionar-se com criticidade na sociedade respeitando os espaços, as manifestações culturais e sociais.

Ciências:

✓ Objetivo Geral:

Desenvolver capacidades que permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão da sua faixa etária, utilizando gradativamente conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

✓ Objetivo Conceitual:

Perceber a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformação do meio em que vive.

✓ Objetivo Procedimental:

Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, listas, pequenos textos sob orientação do professor e expressar opiniões a respeito de todo o trabalho para possibilitar a apreensão de novos procedimentos.

✓ Objetivo Atitudinal:

Reconhecer a saúde como um bem individual e comum que deve ser compreendido pela ação coletiva, atuando sobre a realidade com um olhar sensível, humano e novo.

4.3 - Ciclo Complementar – 4º e 5º anos

Língua Portuguesa:

✓ Objetivo Geral:

Adquirir progressivamente capacidades com relação à linguagem que possibilite o envolvimento no cotidiano político-social.

✓ Objetivo Conceitual:

Compreender o sentido das mensagens orais e escritas, de forma a possibilitar a inserção do educando, de forma crítica e participativa, no mundo letrado.

✓ Objetivo Procedimental:

Ler autonomamente e escrever diferentes textos dos gêneros para o ciclo, sabendo identificar aqueles que respondem as suas necessidades imediatas e selecionar estratégias adequadas na abordagem.

✓ Objetivo Atitudinal:

Utilizar a linguagem para expressar sentimentos, experiências e ideias, acolhendo, interpretando e respeitando os diferentes modos de falar.

Matemática:

✓ Objetivo Geral:

Ampliar conceitos já trabalhados, estabelecendo relações que aproximam de novos conceitos e procedimentos.

✓ Objetivo Conceitual:

Ampliar o significado natural pelo seu uso em situações-problemas e pelo conhecimento de relações e regularidades.

✓ Objetivo Procedimental:

Utilizar a proposição de ideias verificando a possibilidade de resolução de problemas de forma a demonstrar que houve apreensão do conteúdo ora apresentado.

✓ Objetivo atitudinal:

Demonstrar interesse para investigar, explorar e interpretar, em diferentes contextos do cotidiano e de outras áreas do conhecimento.

Geografia / História:

✓ Objetivo Geral:

Compreender a realidade próxima e outras realidades, percebendo os diferentes modos de posicionar-se, agir adequadamente; fazendo do seu espaço sociocultural o conteúdo a ser estudado para situar-se no tempo e no espaço.

✓ Objetivo Conceitual:

Reconhecer, de acordo com seu nível de desenvolvimento, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de seu grupo comparando com outros grupos fazendo referências à localização, ao passado e ao presente.

✓ Objetivo Procedimental:

Utilizar diferentes fontes de informações pautadas em relatos, documentos e circunstâncias presentes no cotidiano real, para leitura crítica.

✓ Objetivo atitudinal:

Valorizar as ações coletivas que repercutem na melhoria das condições de vida das localidades.

Ciências:

✓ Objetivo Geral:

Desenvolver capacidades que permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo cidadão, utilizando conhecimento de natureza científica e tecnológica.

✓ Objetivo Conceitual:

Compreender o corpo humano como um todo integrado e a saúde como bem estar físico, social, psíquico do indivíduo.

✓ Objetivo Procedimental

Confrontar conhecimentos individuais com o conhecimento científico de forma a produzir estruturações de ideias.

✓ Objetivo Atitudinal:

Valorizar o ambiente em que se vive investindo na preservação ambiental e na sustentabilidade.

Educação Física:

✓ Objetivos do 1º ao 5º ano:

- Valorizar as diferentes manifestações culturais;
- Desenvolver atividades corporais de forma coletiva e participativa, como jogos e brincadeiras diversas;
- Acompanhar a música e identificar símbolos cívicos sociais;
- Conhecer possibilidades e limitações corporais.

Educação Artística – Interdisciplinar do 1º ao 5º ano:

✓ Objetivos

- Desenvolver atividades que envolvam os diversos tipos de manifestações culturais através da arte;
- Desenvolver atividades individuais e coletivas respeitando cada forma de expressão e posicionamento.

4.4 - Procedimentos Metodológicos

Métodos de Ensino são as ações do educador pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos educandos para atingir objetivos de trabalho docente em relação a um conteúdo específico. Eles regulam as formas de interação entre o ensino e a aprendizagem, entre o professor e os alunos, onde o resultado é a assimilação consciente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos.

A prática educativa em nossa sociedade, através do processo de transmissão e assimilação de conhecimentos e habilidades, deve ter em vista a preparação das crianças e jovens para uma compreensão da realidade. Intermediando essas ações, os métodos de ensino são ações, passos, procedimentos, vinculados ao método de reflexão, compreensão e transformação da realidade, sob condições concretas e situações didáticas, e asseguram o encontro formativo entre aluno e as matérias de ensino.

O procedimento é um detalhe do método. Por exemplo: para o método de exposição pode-se usar o procedimento de perguntas aos alunos, leitura de um texto, etc. Métodos de ensino se ligam aos métodos de aprendizagem porque existem no processo dois aspectos que devem ser observados para se definir qual método utilizar em determinada situação: aspecto externo – conteúdos de ensino; e o aspecto interno – as condições mentais e físicas dos alunos para assimilação dos conteúdos.

Alguns Métodos/Tipos de Aula

São métodos e/ou tipos de aulas: as aulas dialogadas ou de conversação, aulas expositivas, aulas de introdução da matéria, aulas práticas, aulas de consolidação, (exercícios, recordação, sistematização, aplicação); aulas de verificação da aprendizagem para a avaliação diagnóstica ou de controle.

As observações quanto aos alunos com necessidades educativas especiais e os alunos que precisam de atendimento diferenciado, bem como todos os alunos devem ser respeitados em suas potencialidades, através de uma metodologia que os envolverá em todas as atividades que a escola proporcionará.

Será valorizado o lúdico, o material concreto e o grau de empatia no desenvolvimento das aulas; o método de exposição funciona bem quando os alunos têm conhecimentos imprecisos sobre o assunto. A palavra do professor pode ser estimuladora para o assunto em questão, como procedimento pode-se utilizar uma leitura expressiva se a atividade dos alunos é receptiva, mas não necessariamente passiva.

As formas de exposição são a verbal: explicar de modo sistematizado, um texto, descrição com vivacidade de uma situação real, perguntas que instigam a curiosidade, representação de fenômenos que ocorrem na realidade. Procedimentos: excursão, filme, explicação coletiva por meio de um experimento simples. A ilustração-enriquecimento da explicação por meio de gravuras, mapas, esquemas, gráficos, etc. E ainda a exemplificação - ocorre quando o professor faz uma leitura em voz alta, usa um dicionário, consulta o livro didático, organiza os cadernos, etc.

O método de trabalho independente consiste em tarefas dirigidas e orientadas pelo educador, para que os alunos as resolvam de forma relativamente independente e criativa. Na tarefa preparatória, os alunos escrevem o que pensam sobre o assunto, colhem dados e observações, respondem a um questionário, para verificação das condições e conhecimentos prévios.

Na assimilação de conteúdo são aplicadas tarefas de aprofundamento e aplicação dos temas já tratados. Exemplo: estudo dirigido, problema com base num fato novo, leitura de um livro, etc. As tarefas de elaboração pessoal são exercícios nos quais os alunos produzem respostas surgidas de seu próprio pensamento. Exemplo: o que aconteceria se..., o que devemos fazer quando..., relatar o que viu.

Já o método de elaboração conjunta tem como referência um tema de estudo determinado, supondo que os alunos estejam aptos a conversar sobre ele. A forma mais comum da conversação didática é a pergunta, tanto do professor quanto dos alunos. O professor traz conhecimentos e experiências mais ricos sobre o tema e instiga os alunos a responderem e a questionarem.

No que se refere ao método de trabalho em grupo, informa-se que consiste em distribuir temas iguais ou diferentes a grupos fixos ou variáveis, compostos de 03 a 05 alunos, tem por finalidade obter a cooperação dos

alunos. É interessante que cada membro tenha uma função e todos em torno de um objetivo comum.

Se o trabalho for extraclasse, aconselhado em todos os anos, deve haver uma metodologia de orientação sobre onde, em que horário, como e para quê o grupo irá se encontrar. É necessário encaminhar um roteiro ou plano do trabalho com informações importantes aos pais. Este é um procedimento para qualquer atividade extraescolar. Outras formas de trabalho em grupo são os debates, seminários, júri simulado, GV (grupo de verbalização) GO (grupo de observação), etc.

Programação de Atividades Especiais Previstas

São aquelas que completam os métodos de ensino e que concorrem para assimilação ativa dos conteúdos. São por exemplo, o estudo do meio, o jornal escolar, assembleia de alunos, o teatro, a biblioteca escolar, projetos enviados e solicitados pelo sistema.

O planejamento anual deverá ser visto bimestralmente para que os educadores definam as atividades especiais, que deverão acontecer para o trabalho de consolidação de algum conteúdo disciplinar, como por exemplo: visitas a órgãos públicos, outras escolas, museu (Casa da Memória), casa de artesanato, a uma praça, elaborar um projeto específico, e outros.

A escola sempre realiza programações socioculturais que exigem muito dos funcionários. São bonitas e interessantes, no entanto, são pouco prestigiadas como as feiras, passeatas e auditórios. As que têm mais público, presença da família, são as festas de datas comemorativas nas quais os alunos fazem apresentações, pois os pais vêm assistir.

Seguem abaixo os principais projetos permanentes:

- CarnaBias: carnaval na própria escola, realizado após estudo sobre o assunto. A organização obedecerá a uma programação prévia.
- Mostra Cultural: realização anual. Exige a elaboração de projeto. A comunidade januareense é convidada para o evento.
- Homenagem à Família: em maio ou agosto. A organização obedecerá a uma programação. As famílias dos alunos são convidadas.

- “Arraiá” do Bias Fortes: mês de junho ou julho (festa junina ou julina). A organização obedecerá a uma programação elaborada coletivamente.
- Festival do Folclore e Primavera: realizada em agosto com apresentação das manifestações folclóricas do município e/ou região. A organização obedecerá a uma programação. A comunidade escolar é convidada.
- Semana da Criança: em outubro já é tradicional, com brincadeiras, filmes e “festinhas”. Pode diversificar, trocando-se atividades: torneios, oficinas, palestra, etc. A atividade obedecerá a uma programação.
- Natal Solidário: ao longo do ano com campanhas solidárias e em dezembro há ainda com um correio da amizade e uma comemoração. Exige a elaboração de projeto. (O produto adquirido nessa campanha será doado a entidades filantrópicas e a uma família carente da própria escola).

Os detonadores e culminância dos projetos também integram como atividades especiais que a escola desenvolve. São abordados aspectos da vida cidadã como saúde, meio ambiente, sexualidade, etc. são trabalhados também a partir de projetos elaborados coletiva e interdisciplinarmente. A escola participa de eventos que envolvem a comunidade januarense, promovidas por outras instituições sociais.

Têm-se, ainda, projetos que envolvem liderança dos alunos em grupos de trabalho:

- No quinto ano – o Chá Poético – literatura e arte – uma nova denominação para o antigo Clube de leitura – os alunos preparam e apresentam números literários, enfatizando autores estudados ou um tema específico. Trabalhar-se-á, também, poemas e textos poéticos produzidos pelos próprios alunos que culminará na produção de um “livro”.
- No Ciclo da Alfabetização – temos o Projeto: Ciranda de Leitura – os alunos são estimulados a ler, ouvir, contar e recontar histórias. Alunos de outras turmas/fases apresentam números artísticos ou contam histórias para estas turmas. Pais, ex-professores, pessoas da comunidade são convidadas a contar histórias para estes alunos.

4.5 - Instrumentos de Trabalho e Materiais Curriculares

A escola disponibiliza alguns instrumentos, mas a busca e a criatividade devem ser constantes por parte de todos. É necessário o uso de Proposta Pedagógica; Planejamento Anual; Cadernos de Planos de Aula; Instruções, Resoluções e livros da SEE; Caderneta; Boletim informativo sobre o aproveitamento dos alunos; Fichas de análises da leitura, interpretação, produção de textos e caracterização da turma; Arquivo de atividades - portfólio; Bilhete – comunicação da escola com os pais; Livros didáticos; Livros diversos; Atividades xerografadas e em quadro de giz; Retroprojektor; TV, vídeo; Lousa Digital, Data show; Livros formais para ata de reuniões e convocação de pais, de professores, visitas de pais, ocorrências disciplinares.

4.6 - Organização dos Alunos

Organização em Ciclos

A E. E. Bias Fortes atende os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental que estrutura-se em 09 anos:

-Ciclo da Alfabetização em três anos:

- a) 1º ano: destinado aos alunos que ingressarem no Ensino Fundamental aos seis anos de idade completos, conforme legislação vigente;
- b) 2º ano: destinado aos alunos provenientes do 1º ano após cumprimento dos objetivos do mesmo; (retirar o espaço abaixo, deixar o espaçamento 1,5 entre linhas).
- c) 3º ano: destinado aos alunos que atingirem os objetivos do 2º ano, dando continuidade ao trabalho em desenvolvimento e finalizando os objetivos previstos para o Ciclo da Alfabetização.

O Ciclo Complementar compreende 02 anos:

- a) 4º ano: destinado aos alunos que concluíram o Ciclo da Alfabetização, dando continuidade aos processos de alfabetização e letramento desenvolvido no período anterior.
- b) 5º ano: destinado aos alunos que alcançaram os objetivos do 4º ano, dando continuidade aos processos de desenvolvimento e finalizando o Ciclo Complementar.

Número de Alunos por Turma

O número de alunos por turma e o preenchimento das vagas sempre obedecerá à legislação vigente, ficando a cargo da Secretaria Escolar informar essa quantidade e os casos de vaga e transferência de alunos. A equipe pedagógica fica responsável pela enturmação dos alunos.

Enturmação

Acontece no final do ano letivo para alunos que já frequentam a escola e no início do ano letivo para alunos recém-matriculados. No entanto, no início do ano letivo toda a enturmação pode sofrer alterações em decorrência de transferências, novas matrículas e processo de reagrupamento.

Para efeito de enturmação dos alunos, identificaremos, sem discriminar:

- Alunos com idade e níveis de escolarização aproximados;
- Alunos que necessitam de atendimento diferenciado;
- Alunos com necessidades educativas especiais.

Serão evitados agrupamentos de muitos alunos com problemas relacionados ao comportamento disciplinar, em uma mesma turma.

Para identificação das características educativas dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola realizará, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem contando para isso com:

- experiências do seu corpo docente e especialistas da educação;
- colaboração da família e cooperação dos serviços de Saúde e Assistência Social, e outros existentes na localidade.

Uma vez diagnosticado a clientela matriculada para o atendimento educacional, as turmas serão organizadas de acordo com os seguintes critérios: alunos com idade e nível de escolaridade aproximada, são aqueles com a mesma e aproximada idade e apresentam capacidades e objetivos de aprendizagem próximos. Estes alunos serão agrupados para prosseguir a sequência dos conteúdos de ensino.

Referimos como alunos que necessitam de atendimento diferenciado, aqueles que apresentam ritmo muito diferenciado de aprendizagem demonstrado quando ao resolver as atividades, realiza com grau de esforço

que demanda mais tempo que o previsto; falta de pré-requisitos que comprometem dar continuidade à sequência do conteúdo proposto; não acompanham a turma por consequência de progressões automáticas anteriores. Estes alunos serão agrupados em uma mesma turma para atendimento diferenciado.

O agrupamento dos alunos é sempre flexível, pois à medida que surgem novas situações, estratégias de movimentação de alunos podem ser um dos critérios par a continuidade do trabalho com resultados interessantes.

A decisão sobre qualquer movimentação na turma deve ser lavrada em ata e ser discutida por uma comissão: professor regente da turma em questão, professor da escola, supervisor e diretor. O aluno e a família devem estar em constante preparação sobre as questões supracitadas.

Não cabe prevalecer a opinião, o desejo da família quando isso vir a prejudicar a situação do filho. Neste caso, deve-se buscar auxílio de outros profissionais que não estão diretamente ligados ao assunto, mas que podem compreendê-lo para dialogar com a família que não concorda com as decisões coletivas da escola.

4.7 - Educação Inclusiva

Consiste na identificação das necessidades dos alunos que apresentem algum tipo de deficiência para que seja viabilizado o atendimento especializado. A escola, então, deve elaborar plano de atuação de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme legislação específica.

Os professores do ensino regular devem ser orientados para atender os alunos com necessidades educacionais especiais conforme legislação vigente, ainda, ter conhecimento de que é oferecido atendimento especial no período inverso ao do ensino regular freqüentado pelo aluno – as chamadas salas de recurso.

Casos para Atendimento Especial:

TGD – Transtornos Globais do desenvolvimento

DI – Deficiência Intelectual

TID – Transtornos Invasivos do Desenvolvimento

Autismo

Conteúdos específicos da formação dos professores de AEE:

LIBRAS;

Língua Portuguesa para alunos com surdez;

Sistema Braille;

Informática aplicada à produção Braille;

Recursos tecnológicos e informática aplicada à deficiência visual (sintetizadores de voz, lupa eletrônica, magnificadores de tela para baixa visão);

Produção Braille e adaptação de material impresso em tinta;

Recursos ópticos e não ópticos para baixa visão;

Técnica de uso do sorobã;

Adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas;

Avaliação funcional da visão;

Orientação e mobilidade para pessoas cegas;

Escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas;

Tecnologia Assistiva: comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível;

Interpretação em LIBRAS;

Instrutor de LIBRAS;

Desenho universal;

Comunicação para o aluno surdo-cego;

Outras.

A sala de Recursos Multifuncionais é um espaço organizado preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino para a realização do AEE. Já na sala de aula comum, a professora de AEE (ou Professora de Apoio) demonstra o uso da máquina de escrever em Braille para professora regente e alunos, bem como acompanha o uso da Comunicação Alternativa.

O que pode ser aprendido nas salas de recursos multifuncionais? Treinamento de recurso óptico informática acessível; Sistema Braille na máquina de escrever; Língua Portuguesa escrita para pessoas com surdez; comunicação alternativa.

A Escola Estadual Bias Fortes atende aos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula, de forma inclusiva, porém não dispõe

de sala de recursos multifuncionais e, em alguns casos, tem-se professor de apoio.

Os alunos com necessidades educacionais especializadas são atendidos pelos regentes de turma e pelo professor de apoio na sala de aula, com atividades diferenciadas, jogos de memorização, quebra-cabeça, historinhas, vídeos e brincadeiras que envolvem o corpo e o raciocínio lógico. A escola conta, ainda, com 1 (um) professor regente de turma que possui formação em Libras.

A escola não possui sala adequada que possa ser disponibilizada para esse tipo de atendimento, quanto ao aspecto físico contamos com 02 banheiros sem acessibilidade para pessoas com deficiências e um computador com software para auxílio aos alunos autistas. Entretanto, não possui nenhum material mobiliário de suporte para o AEE.

5 - TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar deve ser respeitado em face da legislação vigente. Antes disso, porém, é necessário que seja feito um trabalho eficiente com o aluno para que este desenvolva suas habilidades dentro do período específico a cada ciclo de aprendizagem.

No que se refere à Progressão Continuada, ressalta-se que permite desenvolver um trabalho processual, que envolve uma avaliação sistemática no sentido de permitir que o aluno prossiga no seu processo escolar, superando as dificuldades no momento em que elas aparecem e dentro do Ciclo.

O Ciclo é o período destinado à aquisição de capacidades e compreende: o Ciclo da Alfabetização – 03 anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano, e Ciclo Complementar – 02 anos de escolaridade, 4º e 5º ano.

N.º de dias letivos anuais: 200, no mínimo;

N.º de dias letivos semanais: 05 -

N.º de semanas letivas anuais: 40

Duração do módulo aula: 50 min.

Recreio: 20 min

Turno: 4h30

Carga Horária Diária: 4h

Carga Horária Anual: 833h20

5.1 - A Frequência do Aluno no Tempo Escolar

No ato da matrícula e renovação da matrícula, a família deve em formulário próprio fornecido pela escola, responder sobre a opção ou não da frequência do filho nas aulas de Educação Religiosa. As outras disciplinas são de frequência obrigatória.

A obrigatoriedade e a frequência do aluno obedecerão à legislação vigente. Cabe ao professor registrar a presença, falta ou falta justificada do aluno e comunicar ao serviço pedagógico, as faltas consecutivas do aluno às aulas, por mais de cinco dias ou alternadas, por mais de 10 dias.

O serviço de coordenação pedagógica buscará meios de localizar a família do aluno, para que sejam justificadas as faltas, e ainda, orientá-las sobre a sua responsabilidade pela educação do filho, obedecendo ao prescrito no art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n.º 8069, de 13/07/1990.

Persistindo o problema, o caso será encaminhado ao Colegiado Escolar e, caso continue será acionado o Conselho Tutelar, conforme especificado no art. 56, II do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto aos alunos que chegam consecutivamente após o horário de início das aulas ou retornam para casa após 15min ou mais do término do dia letivo, os pais serão convocados para encontrar solução para a situação-problema e, quando for o caso, assinar termo de compromisso.

5.2 - Rotina Flexível e Adequada à Criança

Conforme a Orientação nº 1 de 05/02/2014 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), no tempo escolar o professor desenvolverá a habilidade de refletir sobre o cotidiano, de agir de forma reflexiva (conversar com os alunos sobre o que se faz, por que e para que se faz). A competência para administrar o tempo (planejamento do dia, da Semana) será desenvolvida constantemente, bem como a habilidade de tomar decisões coletivamente, de participar da vida em grupo (negociar propostas, questionar, posicionar-se, argumentar).

Quanto aos profissionais será desenvolvida a consciência das próprias ações do professor e do grupo; do processo de trabalho; do processo de ensino-aprendizagem; e por fim da capacidade de avaliar o desenvolvimento dos trabalhos, com ação/avaliação/reflexão/ação.

5.3 - A Dinamização do Tempo Escolar nas Aulas

Como complemento procedimental, concorrendo para assimilação ativa dos conteúdos, precisa-se desenvolver nas horas/aulas:

- ✓ momento de estudo de regras para a prática de um jogo ou brincadeira, organização do ambiente, etc.;
- ✓ conversas informais, explorando o calendário;
- ✓ música, dinâmica de grupos, artes, ensaios, filme em vídeo;
- ✓ utilização dos jogos pedagógicos,
- ✓ ouvir e contar histórias e a própria produção de textos;
- ✓ selecionar e fazer empréstimo de livros na biblioteca;
- ✓ discutir o correto traçado das letras, treinando-as;
- ✓ explicação e correção do para casa.

5.4 - Espaço escolar

Compõem o Espaço Escolar todas as dependências existentes na escola, bem como as extensões não construídas. Estes espaços não construídos contam com arborização em algumas partes.

Pensando em potencializar uma aprendizagem ativa e reflexiva proporcionar-se-á aos alunos no espaço escolar:

Estimulação para os Estudos

São meios para conseguir ensinar sobre a necessidade do estudo, no espaço/escola privilegiado para a educação formal: tomar atitude quando o aluno demonstrar dificuldade, assim evita-se o acúmulo das dificuldades que leva ao desânimo; preocupar-se em elaborar de forma clara os exercícios de consolidação da matéria; o aluno deve ter clareza do objetivo e das finalidades

das tarefas; propor desafios aos alunos sempre, exigir dos alunos tarefas bem-feitas, respostas precisas, dentro do prazo estipulado conforme as suas possibilidades; valorizar as habilidades e métodos próprios do aluno resolver uma atividade; elogiar pelo bom desempenho e nunca falar os pontos negativos do aluno ou de sua família frente a toda classe, o que se pode fazer é orientar sobre seus deveres e direitos.

Favorecer a Aprendizagem

- A tarefa fundamental da escola é assegurar o trânsito do conhecimento de senso comum ao conhecimento científico e o ponto de partida deve ser a experiência que trazem os alunos;
- Cabe à escola respeitar as origens e dificuldades dos educandos nesse novo espaço e gradativamente ampliar e transformar o conhecimento e hábitos que trazem consigo;
- Conhecer as raízes dos problemas oriundos de “casa” é importante, porém muitas vezes é distante a possibilidade de resolvê-los, nesse caso, pode-se agir profissionalmente envidando esforços para que o aluno tenha acesso, a nível pedagógico, daquilo que não tem no meio familiar;
- Vale lembrar que inúmeros alunos contam apenas com a escola para a boa educação, inclusive a informal.

Influência do Espaço Escolar

- Criar ambiente escolar agradável e acolhedor - arejado, higiênico, com cartazes, brinquedos, músicas, jogos, ambiente alfabetizador, etc.;
- Investir em salas para aulas de recuperação, adaptações, móveis adequados à fase introdutória e acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais, melhoria da quadra, criação de ambiente recreativo;
- O trabalho extraescolar inclui o uso da biblioteca, a casa dos alunos, participação em eventos da comunidade, que a escola participe do trabalho em grupo extraturno, etc.

- Todos os espaços da escola serão priorizados para o atendimento das atividades pedagógicas, inclusive as sombras das árvores.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática é uma realidade na escola uma vez que as tomadas de decisões perpassam por todos os segmentos com questionamentos orais e/ou escritos e com registros em atas. O gestor toma decisões baseadas no coletivo com observância à legislação vigente.

As relações de trabalho não são fechadas, isoladas. Há uma troca de experiências com outras instituições educacionais estaduais e municipais. Procura-se sempre manter contato direto com a Superintendência Regional de Ensino - SRE e, por conseqüência, com a SEE-MG.

Em consonância com a gestão democrática os gestores são escolhidos através de um processo que se inicia com uma Certificação de Gestor Escolar, e só após aprovação nessa certificação é que a pessoa está apta a se inscrever como candidata ao cargo comissionado de diretor escolar passando por eleição através de voto secreto – envolvendo toda a comunidade escolar.

No que diz respeito ao desempenho profissional, todos os servidores da instituição passam por uma avaliação anual. Compete ao gestor o acompanhamento do desenvolvimento do servidor em observância ao desempenho pedagógico e das relações de trabalho e/ou interpessoais.

6.1 – Colegiado

Para Machado (2001, p. 30), a instituição denominada Colegiado Escolar vincula-se ao cumprimento da função social, pedagógica e política da educação escolar. Para a autora é um órgão coletivo de decisões e de análise de organização e funcionamento da escola.

O colegiado é um órgão representativo da comunidade escolar com funções deliberativas e consultivas e de monitoramento da avaliação no que se refere à gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola. Ele tem a função de compartilhar com o gestor todas as decisões da escola tendo sempre em vista o oferecimento de uma educação de qualidade para os

alunos. Cada colegiado deve elaborar um plano de ação que é a representação ou sistematização da preocupação, dos sonhos e desejos quanto ao que pretende realizar na escola. A definição, competências e funções do colegiado estão regulamentadas na legislação vigente e podem ser consultadas no Regimento Escolar.

É importante que cada membro reflita sobre como pode atuar para tornar o Colegiado um espaço de discussão e contribuir para que a escola cumpra, melhor, suas atribuições. Machado (2001, p. 30) lembra que a democratização da escola acontecerá quando os membros do colegiado agirem conscientemente, comprometidos e imbuídos de vontade e de decisões. Os membros devem debater os problemas, propondo soluções, alternativas e agindo para colocá-las em prática. São objetivos do colegiado: planejar sobre a utilização dos recursos humanos e financeiros que a escola dispõe; como serão organizados os tempos escolares; que conteúdos devem ser desenvolvidos nas disciplinas; quando e como serão realizadas as avaliações da aprendizagem do aluno, do desempenho da escola e do servidor, dentre outras ações; enfim tudo que diz respeito ao desenvolvimento do processo educativo, sem se esquecer de que o norte de todo o planejamento são os marcos que a escola tem como referência. Citam-se como exemplos: Que aluno pretende-se formar? Quais os valores que devem estar presentes na sua educação? Que objetivos e metas pretende-se buscar para alcançar tais fins? Deve-se ainda promover a participação da comunidade escolar na gestão democrática; favorecer a autonomia pedagógica; facilitar a experiência prática para incentivar a participação social; observar as competências pedagógicas, pois as mesmas vêm sempre em primeiro lugar, além de ser a razão da própria existência da escola e do nosso trabalho.

No que se refere à área pedagógica, é função do colegiado aprovar o Plano de Desenvolvimento da Escola. Acompanhar a implementação e avaliação do PDE e do Projeto Político Pedagógico, emitido pareceres quando necessário, bem como acompanhar e avaliar os projetos implantados pela escola; acompanhar o rendimento escolar, a disciplina, a frequência dos alunos e atender-los em suas necessidades e, ainda, oferecer suporte ao trabalho dos professores e supervisores/coordenadores.

Na área administrativa o colegiado deve acompanhar os processos de avaliação da escola, de seus servidores e alunos; acompanhar a avaliação de desempenho da escola; capacitar os seus membros; propor e aprovar parcerias com organizações sociais e, divulgar para a comunidade escolar as ações realizadas.

O colegiado deve também ajudar na gerência da área financeira aprovando a proposta de aplicação de recursos financeiros geridos pela Caixa Escolar, levando em consideração as necessidades da escola. Deve ainda acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola e referendar a prestação de contas feita pelo Conselho Fiscal.

6.2 - Conselho de Ciclo

Segundo Dalben (2004, p.31), o Conselho de Ciclo é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.

Nesta escola, consideram-se as atitudes, as habilidades e o Conselho de Ciclo tem a função de verificar os domínios de capacidades, a participação dos alunos nas aulas e acontece em três momentos: primeiro, durante os encontros semanais ou quinzenais do professor com o supervisor/coordenador, visitas do supervisor/coordenador às turmas nas quais são discutidos assuntos relacionados à situação de cada aluno e a busca de soluções.

No segundo momento, em reunião, os professores respondem a questionários/fichas de observação que os estimulam a pensar na situação de cada aluno da turma, diagnosticar e registrar propostas.

No terceiro, em reunião, os professores expõem os progressos, dificuldades e propostas para o grupo de professores que participam; acontece aí um momento de trocas de experiências e decisões sobre ações a serem executadas em busca de melhoria no processo ensino-aprendizagem e da escola como um todo.

Pretende-se abranger a participação de representantes de pais ou responsáveis dos alunos no Conselho de Ciclo mediante as orientações de Dalben (2004) quando afirma que:

A presença dos pais e dos alunos durante as reuniões tem sido considerada importante. Acredita-se que essa participação deva ser definida pelos objetivos da reunião. Em alguns casos, a participação exclusiva de professores é interessante, em outros, torna-se fundamental a presença dos pais e dos alunos. O mais conveniente é evitar-se a burocratização destas participações, porque isso dificulta os encaminhamentos (DALBEN: 2004, p. 8).

O Conselho de Ciclo também tem a função de tomar decisões quanto à Classificação e Reclassificação de alunos; encaminhamento de alunos a especialistas e ao Conselho Tutelar quando o mesmo cometer um ato infracional. O Ato Infracional- é uma ação praticada por criança ou adolescente, parecida com ações definidas como crime ou contravenção (desobediência às normas), mas não se caracteriza como crime ou delito.

O Conselho ajuda ainda no encaminhamento de pais ou responsável ao Conselho Tutelar ou autoridade judicial em caso de descumprimento do seu dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores (Art. 22 do ECA) ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (Art. 98, II do ECA). O Estatuto da Criança e do Adolescente reza o seguinte:

Os dirigentes de estabelecimento de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
I- maus-tratos envolvendo seus alunos;
II- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
III elevados níveis de repetência. (ECA, Art. 56)

6.3 - O relacionamento da escola com a comunidade escolar

Além de acreditar na capacidade de aprendizagem dos alunos, independentemente de suas diferenças sociais, culturais, econômicas, de ritmo de aprendizagem, os profissionais deste estabelecimento de ensino devem colocar “o aluno como centro de todo o processo” e com simpatia, entusiasmo e dedicação atende-los nas suas necessidades educativas. O diálogo franco e

aberto, confiança, respeito e autoestima positiva estimulada entre profissionais e clientela são requisitos do sucesso.

Desde os primeiros dias de aula, o aluno precisa ser estimulado a pensar e decidir sobre as regras de convívio. Os mínimos esforços positivos dos alunos devem ser valorizados e divulgados, pois muitos deles contam somente com a escola como ambiente onde acontecem relações de trocas de conhecimento, amizade, valores. Nessa situação é nosso compromisso oferecer acompanhamento de perto e com vínculos de competência humana.

Os profissionais, com sua sensibilidade, precisam compreender que, nesse caso não temos muito com que contar de imediato, com a família. Não se trata aqui de sermos bonzinhos ou tomar para nós as funções da família, mas trata-se de sermos coerentes com o nosso compromisso ético de profissionais da Educação.

As famílias também serão chamadas para participar, mas há casos que as distanciam das nossas possibilidades e diante disso, contamos tão somente com o coletivo do próprio ambiente escolar e com as parcerias.

Por isso é importante o clima de cooperação, fazer com que os problemas de cada um invadam um plano informal de trocas diárias em busca da solução dos descompassos de todos.

A direção escolar tem o papel de ser um articulador, como já foi citado, das áreas política, pedagógica e administrativa. Assim deve-se acompanhar e estar presente em todos os setores do estabelecimento, para investigar situações e agir no coletivo, pensando em melhoria.

Buscando esse conjunto idealizado de procedimentos humanos, traçamos ações voltadas para o estreitamento das relações escolares.

Ações para o Estreitamento das Relações Escolares

- Depois de combinado, decidido sobre determinado assunto na coletividade, este só poderá ser desfeito na coletividade;
- Participação da escola, conforme suas possibilidades, em eventos promovidos por outras instituições da comunidade, quando se tratar de atividade compatível com os interesses e necessidades educativas dos alunos.

A Participação dos alunos em atividade extraescolar deverá observar o ART. 75 do ECA, que diz:

Toda criança ou adolescente terá acesso a diversões e espetáculos públicos classificados como adequados a sua faixa etária.

Parágrafo Único - As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer em locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.

Como forma de incentivar a participação dos pais ou responsável, junto aos filhos em atividades especiais desenvolvidas pela escola, citam-se os seguintes exemplos:

- Encontros de confraternização entre os profissionais;
- Comemoração de aniversários dos alunos na escola;
- Passeio para os alunos (participação livre);
- Viagem para os professores (participação livre e recursos próprios);
- Momentos festivos e informativos com as famílias;
- Reuniões periódicas com toda a comunidade escolar e por segmentos desta, para: estudo, planejamento, participação em dinâmicas quebra-gelo, informações administrativas e pedagógicas;
- Os profissionais, as famílias, os alunos precisam falar, expor seus anseios, suas conquistas, mas para isso a escola deve especificar esse momento para que aconteça de forma adequada;
- Toda a comunidade escolar e principalmente os profissionais do estabelecimento devem estar sempre bem informados sobre as programações, projetos, assuntos tratados em reuniões das quais a escola esteja em desenvolvimento, foi convidada ou convocada, etc.
- As famílias devem saber claramente da proposta pedagógica, do Regimento Escolar, do PDE e da situação de aprendizagem do filho; assim, podem-se evitar interferências inadequadas nas decisões da equipe pedagógica sobre a vida escolar do filho;
- Problemas de relacionamento devem ser solucionados;
- As funções e a hierarquia dos profissionais devem ser respeitadas;
- Tratamento cordial e agradável a todos no ambiente escolar;
- Todas as reuniões realizadas na escola sempre terão como objetivo direto ou indireto, fortalecer ou formar relações positivas entre os participantes do processo educacional.

7- RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho na E. E. Bias Fortes são pautadas pela solidariedade, reciprocidade e participação coletiva. Há um exercício constante da tolerância, tão necessária ao envolvimento de um grande número de pessoas com concepções distintas.

Procura-se desenvolver projetos de valores humanos que envolvam alunos e servidores. Destaca-se que são elaboradas as regras para uma boa convivência em grupo.

7.1 - Do Pessoal Docente Administrativo

7.1.1 - Dos Direitos e Deveres do Pessoal Docente e Administrativo

O pessoal docente e administrativo terá seus direitos assegurados em conformidade com a legislação pertinente, de acordo com o respectivo regime de admissão do ato que o regulou.

Constituem deveres do pessoal docente e administrativo, o desempenho de todas as atividades que, por sua natureza, são inerentes à função que exercem.

Ao corpo docente e administrativo, além dos direitos e regalias que lhes são assegurados pela legislação em vigor, terão as seguintes prerrogativas:

- I – Requisitar todo o material didático que julgar necessário às aulas, dentro das possibilidades do estabelecimento;
- II – Utilizar os livros da biblioteca e das dependências e instalações do estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;
- III – Opinar sobre os programas e suas execuções, planos de curso, técnicas e métodos utilizados e a adoção de livros didáticos;
- IV – Criticar, em termos, através da representação, a Diretora, Órgão Colegiado e demais serviços mantidos pelo estabelecimento;
- V – Valer-se, com autorização da direção, dos serviços auxiliares do estabelecimento, para um melhor exercício de suas funções;

VI - Incumbir-se das atribuições e competências determinadas do estabelecimento, para um melhor exercício de suas funções;

VII – Exigir o tratamento e respeito condigno compatíveis com sua missão de educador.

Constituirão deveres do pessoal docente e administrativo, todos aqueles emanados da legislação vigente, bem como os que seguem no Regimento:

I – Elaborar programas e planos de cursos, por ano de escolaridade e em consonância com as necessidades da turma;

II – Cumprir rigorosamente o calendário escolar;

III – Auxiliar na promoção do envolvimento escola-família-comunidade;

IV – Promover e aprimorar as boas relações pessoais num ambiente educativo;

V- Zelar pelo patrimônio público da instituição;

VI – Participar ativamente da construção dos documentos inerentes ao funcionamento da escola – tais como PIP, Regimento, PPP.

VII – Participar das reuniões do Conselho de Ciclo;

VIII – Promover e garantir a aprendizagem dos alunos;

IX – Colaborar no desenvolvimento de ações que favoreçam o trabalho do serviço pedagógico em relação ao atendimento às necessidades dos alunos e da escola;

X – Manter conduta ilibada;

XI – Manter atualizada toda a documentação referente à vida escolar dos alunos sem emendas e/ou rasuras;

XII – Manter atualizado Processo de Vida Funcional entregando com tempestividade documentos necessários solicitados e o controle diário do livro de ponto;

XIII – Atender às convocações para atividades diferentes das cotidianas comparecendo em reuniões para as quais for convocado;

XIV – Zelar pela aprendizagem dos alunos, atentando às diferenças individuais;

XV – Promover a avaliação dos alunos e, bimestralmente participar do Conselho de Ciclo conforme data estabelecida em calendário escolar;

XVI – Respeitar e fazer respeitar a diferença individual do aluno, suas possibilidades e limitações;

XVII – Promover a disciplina e a ordem em sala de aula bem como em todo o ambiente escolar.

7.2 - Do Pessoal Discente

Deve ser assegurado ao corpo discente:

- I – Condições para que permaneçam na escola e obtenham educação de qualidade;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – Participar das atividades escolares, sociais, cívicas e recreativas promovidas pela escola e destinadas à sua formação;
- IV – Ser tratado com respeito e urbanidade por todo o pessoal da escola e colegas;
- V – Merecer assistência educacional de acordo com suas necessidades e as possibilidades da escola;
- VI – Utilizar os livros da biblioteca, nos termos e normas estabelecidos para seu funcionamento;
- VII – Ter assistência individual do professor;
- VIII – Ter liberdade de credo religioso, político, filosófico, consoante com o que lhe asseguram as Leis vigentes;
- IX – Ter oportunidades iguais na turma, respeitadas individualmente;
- X – Usufruir de todos os benefícios e recursos que a escola põe ao seu alcance, respeitando sempre as normas funcionais;
- XI – Tomar conhecimento, através do boletim, da sua avaliação de desempenho bimestralmente, e da freqüência;
- XII – Requerer cancelamento de matrícula ou sua transferência para outra escola nos termos da legislação vigente;
- XIII – Receber, em igualdade de condições, a orientação necessária para a realização de suas atividades escolares, bem como usufruir de todos os benefícios do processo educativo desenvolvido na escola;
- XIV – Recorrer às autoridades escolares, quando julgar prejudicados os seus direitos.

7.2.1 - Dos Deveres

São deveres do pessoal discente:

- I - Respeitar as normas disciplinares da escola;
- II – Contribuir para a elevação moral da escola e promover seu prestígio em qualquer lugar em que estiver;
- III – Participar das promoções, festividades e comemorações cívicas, sociais, culturais e religiosas, promovidas pela escola;
- IV – Cumprir as determinações da Diretoria, dos professores e demais funcionários;
- VI – Cumprir com pontualidade e respeito o horário escolar;
- VII – Zelar pela conservação do prédio e equipamentos escolares;
- VIII – Observar os preceitos da higiene pessoal;
- IX – Apresentar-se à escola trajado adequadamente com bom aspecto de higiene;
- X – Ser pontual e assíduo;
- XI – Ser corresponsável pela aprendizagem, cumprindo todas as tarefas definidas como necessárias;
- XII – Conservar a limpeza da escola e o patrimônio da mesma;
- XIII – Saber ouvir;
- XIV – Saber usar corretamente as normas da escola;
- XV – Permanecer na sala de aula durante as atividades nela realizadas e só sair quando autorizado.

A escola atuará junto aos alunos no sentido de que chegue a reconhecer a origem de suas próprias faltas, a fim de lutar pela sua eliminação, e ainda estimular o senso de respeitabilidade e solidariedade humanas.

7.2.2 - É vedado ao aluno

- I – Ausentar-se da escola sem permissão da direção, sem autorização dos pais ou responsáveis;
- II – Entrar ou sair da sala, durante as aulas, sem permissão do professor;
- III – Permanecer na sala fora do horário de seu turno, salvo em atividade escolar ou devidamente autorizado pela Direção;
- IV – Trazer e/ou usar armas ou qualquer objeto perigoso no recinto da escola, assim como introduzir tóxicos e bebidas nocivas à saúde;
- V – Danificar as instalações da escola;

VI – Praticar atitudes ou usar palavras que perturbem o bom funcionamento da escola ofendam os bons costumes e importem em desacato à Direção, professores, colegas, especialistas de educação, demais funcionários da escola.

7.3 - Do Regime Disciplinar da Escola

Será aplicado ao pessoal discente, docente e administrativo o regime disciplinar, com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e consecução dos objetivos propostos.

Serão vedadas as sanções e penalidades que atentem contra a dignidade da pessoa humana, contra a saúde física e mental, ou que prejudiquem o processo formativo.

7.4 - Das Finalidades

O regime disciplinar define as penalidades previstas para o descumprimento das determinações deste documento e da legislação pertinente.

7.5 - Das Penalidades

As penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que estiver submetido esse pessoal.

Aos alunos, a critério do estabelecimento, conforme gravidade e reincidência das faltas cometidas ou infrações, serão aplicados os seguintes aspectos formativos:

I – Advertência oral;

II – Advertência escrita;

III – em casos extremos, consultar o Conselho Tutelar.

1º - Sempre que possível, as penalidades serão aplicadas gradativamente, sem se acumularem;

- 2º - Na aplicação da pena prevista no inciso III, a Diretora ouvirá o colegiado;
- 3º - É vedado ao professor suspender o aluno da sala de aula e aplicar-lhe penalidade física.

Nos casos de indisciplina o aluno será ouvido por um grupo formado pelo Diretor e especialistas da educação, e se for um caso que exija tratamento diferenciado, após advertência verbal; advertência por escrito junto com o responsável legal – deve-se encaminhar o caso ao Conselho Escolar que se julgar necessário encaminhará aos demais órgãos responsáveis pelos direitos das crianças e adolescentes para tomada de medidas cabíveis.

7.6 - do Pessoal Docente

Será aplicado ao pessoal docente e administrativo o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e consecução dos objetivos propostos.

As penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que estiver submetido esse pessoa

7.7 - Das proibições do pessoal envolvido no processo educativo

Além do não cumprimento dos deveres supramencionados, constituem transgressões passíveis de pena para o pessoal docente, técnico e administrativo:

- I - a ação ou omissão que traga prejuízo físico, moral ou intelectual aos alunos;
- II - a imposição de castigo físico ou humilhante ao aluno;
- III - o ato que resulte em exemplo deseducativo para o aluno;
- IV- a prática de discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, sexo, credo ou convicção política;
- V- referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho a autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

VI-retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da Escola;

VII - Exercer comércio ou qualquer atividade lucrativa dentro do recinto da escola.

7.8 - Do Pessoal Discente

São consideradas infrações das normas legais pelo corpo discente:

I – Desacato ou ofensa a qualquer membro do corpo docente ou autoridade escolar;

II – Desobediência grave aos professores;

III – Perturbação da ordem do recinto estabelecimento ou fora dele;

IV – Prejuízo material e moral ao patrimônio do estabelecimento;

V – Prejuízo material aos professores, colegas, ou pessoal ligado à administração do estabelecimento;

VI – Ofensa, agressão ou injúria grave a qualquer pessoa no recinto do estabelecimento;

VII – Improbidade na execução dos trabalhos escolares;

VIII – Atos desonestos e incompatíveis com a dignidade do estabelecimento ou de seu corpo docente.

Fica também proibido o uso do celular durante o período de aula bem como nas dependências da escola exceto com finalidade pedagógica.

Compete à Direção, juntamente com o Colegiado, fazer cumprir o Regime Disciplinar, assim como a aplicação das sanções cabíveis, prevista na legislação específica vigente.

8. AVALIAÇÃO

Avaliação e aprendizagem são indissociáveis. Para se obter resultados fidedignos com o que é avaliado e o que é apreendido a Escola adota sistemas de análise de resultados obtidos através das avaliações internas e externas.

São confrontadas as médias obtidas nos dois processos avaliativos, bem como as competências referentes a cada fase de alfabetização.

Ao final de cada ciclo, isto é, no final do 3º e 5º ano, por meio de avaliação global, o conselho de ciclo, de posse do registro histórico do percurso do aluno nas fases, analisará se o aluno realmente alcançou os objetivos esperados. Caso isso não ocorra, ficará um tempo maior no ciclo para recuperação.

Por isso, a trajetória do aluno (as dificuldades, os progressos, atas de reuniões com os pais, algumas avaliações escritas) deve compor o arquivo pedagógico. Em todas as fases do ciclo inicial, o processo de alfabetização será privilegiado, esperando-se que, ao final de três anos, os alunos apresentem o seguinte desenvolvimento:

Atitudes favoráveis à leitura; domínio das capacidades necessárias à leitura com fluência e compreensão; conhecimento dos usos e funções sociais da escrita; domínio das funções entre grafemas e fonemas; capacidade de compreender e valorizar o uso da escrita com diferentes funções em diferentes gêneros; capacidade de produzir textos escritos de gêneros diversos, adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação; capacidade de participar das interações cotidianas da sala de aula; atitude de respeito à diversidade de formas de expressão oral manifesta pelos colegas, professores e funcionários da escola, bem como por pessoas da comunidade extra-escolar; capacidade de usar a língua falada em diferentes situações escolares, buscando empregar a variedade lingüística adequada; capacidade de realizar com pertinência tarefas cujo desenvolvimento depende de escuta atenta e compreensão - (ORIENTAÇÃO DA S.E.E/MG. DE N.º 1 – 05-02-2004, ITEM III).

8.1 - Avaliação do ciclo completar

O conceito de avaliação adotado pela escola é o de avaliação formativa, que nas palavras de Perrenoud (1999, p. 14) nada mais é que a maneira de regular a ação pedagógica. A avaliação formativa acompanha o processo ensino e aprendizagem, é uma análise reflexiva sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor, como dos alunos interligando ao nível de assistência extraclasse recebida.

Luckesi (1997) aponta que:

Para ser diagnóstica, a avaliação deverá ter o máximo possível de rigor no seu encaminhamento. Pois que o rigor técnico e científico, no exercício da avaliação garantirão ao professor, no caso, um instrumento mais objetivo de tomada de decisão. Em função disso,

sua ação poderá ser mais adequada e mais eficiente na perspectiva da transformação. (LUCKESI: 1997, p. 44).

O diagnóstico deve ocorrer no início do ano letivo e de uma unidade didática para verificação das condições prévias dos alunos; e durante o processo de transmissão e assimilação do conhecimento como acompanhamento do progresso dos alunos, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, etc.

8.2 - Análise e Interpretação dos Resultados da aprendizagem dos alunos e das ações desenvolvidas na escola

No início do ano letivo, a Equipe Pedagógica se reúne com as professoras de cada ano com o objetivo de analisar os resultados finais de cada turma. A reunião é feita primeiramente no Conselho de ciclo do final do ano, com o intuito de planejar a Avaliação Diagnóstica Interna, que após sua aplicação e correção, será feito um levantamento de gráficos onde serão observados os resultados.

A próxima etapa é a realização do Plano de Intervenção Pedagógica sobre as dificuldades individuais dos alunos. No decorrer do ano letivo essas atividades serão aplicadas nas turmas e os resultados acompanhados sistematicamente pelas especialistas que farão todos os ajustes necessários.

Ao final de cada bimestre é feito o Conselho de Ciclo com os professores e os resultados serão repassados aos pais em reuniões de classe com especialista e professores.

A função de regular é a terceira e se refere aos meios e à freqüência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. No final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo como avaliação global para realimentação do processo de ensino.

A avaliação global refere-se às considerações feitas sobre o real desempenho do aluno considerando as influências internas (gosto, motivação, esforço pelos estudos) e influências externas (acesso aos bens culturais necessários).

Destaca-se que essas funções atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente. Os objetivos traçados pela escola

não são alcançados espontaneamente, supõe as perspectivas traçadas pela sociedade e um controle por parte do professor e, neste contexto, é preciso considerar a relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos ao se avaliar a produção do aluno. Cuidando-se para evitar posturas tais como considerar apenas aspectos qualitativos recusando quantificação dos resultados, pensar que as provas são prejudiciais, e que leva à ansiedade, inibição e ao cerceamento do crescimento pessoal.

Por outro lado, deve-se eliminar também a ideia de que apenas aspectos quantitativos são importantes. Deve-se considerar o grau de esforço para conseguir o resultado, observando as condições em que o aluno estava inserido no momento do desenvolvimento da unidade, etc.

8.3 - Instrumentos de Avaliação

A partir das considerações conceituais acima, descreveremos os instrumentos que devem ser usados na prática avaliativa, que deve ser bem variada e adequada ao momento. Alguns instrumentos são sugeridos como a prova escrita dissertativa, prova escrita com questões objetivas, prova operatória, observação, portfólio e outros.

A prova escrita de questões objetivas compõe-se de um conjunto de questões onde se pede uma resposta entre alternativas de respostas já preparadas. Embora tenha algumas desvantagens, como favorecer ocasião onde o aluno escolhe a resposta por palpite (“chute”), apresenta vantagens: exige atenção, interpretação das respostas, possibilita a elaboração de maior número de questões mais precisas, é possível controlar mais a interferência de fatores subjetivos tanto do aluno como do professor.

A prova operatória é um instrumento de avaliação que está sendo muito difundido por preocupar-se em oferecer condições para que o aluno possa mostrar o que sabe e, principalmente, como pensa. Rompe com a clássica forma de perguntas e respostas ou questões objetivas, na qual se escolhe a alternativa correta. Geralmente vem apresentada por um texto a ser cuidadosamente lido, as questões expressam a contextualização, via texto o aluno irá argumentar suas respostas a ponto de lembrar das aulas dadas, dos debates que participou independente de memorização.

A observação visa investigar, informalmente, as características individuais e grupais dos alunos, com vistas à identificação de fatores que influenciam a aprendizagem e o estudo das matérias e, na medida do possível, modificá-los. O autor Perrenoud (1999, p. 104) lembra que “observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso”.

A escola vem aperfeiçoando a prática da avaliação formativa e utilizando-se de vários instrumentos de avaliação, o que vem demonstrando bom rendimento, como por exemplo, o uso do portfólio que possibilita aos pais e alunos avaliarem o desenvolvimento. Pode-se verificar o apontamento de Hernandez (2000) quanto às vantagens do portfólio:

O portfólio oferece aos alunos e aos professores uma oportunidade para refletir sobre o progresso dos estudantes em sua compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que possibilita introduzir mudanças durante o desenvolvimento do programa de ensino. Além disso, permite aos professores considerarem os trabalhos dos alunos não de uma forma pontual e isolada. (HERNANDEZ: 2000, p. 165).

No entanto, as estratégias de utilização do portfólio necessitam de implementação como a criação de momentos de registro das reflexões sobre a aprendizagem pelo próprio aluno.

A dificuldade apontada pelos pais reside em não existir calendário marcando as datas das provas e os conteúdos que serão avaliados. A escola deve, então, comunicar e orientar os pais sobre as atividades avaliativas que serão realizadas nas salas de aula e conteúdos a serem avaliados.

A E. E. Bias Fortes planeja algumas estratégias de Recuperação da Aprendizagem e entende que essa é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, desenvolvido pela escola como nova oportunidade que permite aos alunos alcançar o desempenho esperado. Devem ocorrer concomitantemente ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar.

Assim, a equipe pedagógica irá detectar as dificuldades dos alunos para recuperá-los através de revisões de introdução do conteúdo, utilizando novos procedimentos em sua metodologia, solicitando a família assistência nas

tarefas diárias e encaminhando para professores de recuperação quando a escola oferecer esse recurso. As estratégias são a monitoria, a intervenção pedagógica e estudos orientados.

Adotar-se-á o sistema de monitoria no qual os próprios alunos e pessoas da comunidade escolar serão convidados para esse trabalho voluntário de auxiliar os professores no enfrentamento do desafio de desenvolver atividades diferenciadas em uma mesma turma, para atender os alunos com necessidades educativas especiais, com dificuldade de aprendizagem, em ritmo diferenciado.

Serão desenvolvidos Projetos de Intervenção Pedagógica baseados no agrupamento temporário de alunos em outra turma diferente da que foram matriculados, respeitando a idade aproximada e nível de desempenho. O professor irá trabalhar com o aluno agrupado (introduzir, trabalhar sistematicamente e consolidar) atividades que eles precisam para vencer as dificuldades e retornar à fase em que estão matriculados.

Com referência aos Estudos Orientados serão realizados a partir de atividades especificamente programadas também para o atendimento de alunos e grupos de alunos que demonstrarem dificuldade ao longo do processo de aprendizagem, diferenciando-se estas estratégias das demais pelo fato de ser assumido preferencialmente pelo professor da turma. Mas, não exclui a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitores e parcerias mobilizadas pela própria escola.

8.4 - Verificação do Desempenho Escolar e Atribuição de Conceitos

A verificação do desempenho Escolar na E. E. Bias Fortes observará os termos do art. 24, da Lei 9394/96 que estabelece os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa de desempenho do aluno, comprovância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;
 - b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Estudos de recuperação contínua. (LDB, 1996, art. 24)

O repasse do resultado das avaliações para a caderneta do professor quanto ao processo de formação, será por descrição e conceitos. Quanto ao desenvolvimento nas áreas de conhecimento, serão usados os conceitos: **A**, quando o aluno alcançar suficientemente os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu Excelente, Ótimo ou Muito Bom. O conceito **B** será atribuído ao aluno que alcançar parcialmente os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu o conceito Bom. Será utilizado o conceito **C**, quando com um pouco mais de esforço o aluno conseguirá alcançar os objetivos de estudo ou, quando na maioria das avaliações, o aluno recebeu o conceito regular.

O aluno e a família devem ter consciência de todo o processo de avaliação (o que é e qual o objetivo a ser alcançado, quando é realizado, o que significam os conceitos, em quais documentos são registrados os resultados). Para isso são montados fichas, boletins e portfólios.

8.5 - Classificação e Reclassificação

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, etapas, períodos semestrais ou ciclos, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou conhecimento.

Reclassificar significa posicionar o aluno na série, período, etapa ou ciclo, diferente daquela que seu histórico escolar registre ou, na ausência deste, que o seu desenvolvimento, avaliado pela escola indique.

A escola poderá reclassificar o aluno em três situações. A primeira, quando ocorrer avanço escolar. A segunda situação, quando ocorrer aceleração de estudos. A terceira, quando o aluno possuir frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas. O aluno submetido ao processo de reclassificação por frequência inferior será avaliado em todos os componentes curriculares, através de avaliação, trabalhos, atividades de pesquisa.

A classificação e a reclassificação serão efetivadas após a deliberação de comissão escolar. Os documentos que fundamentam a classificação e a reclassificação de cada aluno serão arquivados na escola e os atos lavrados

em ata e constarão no histórico escolar, informações sobre o processo de classificação e reclassificação dos alunos.

8.6 - Aceleração e Avanço de Aprendizagem

Avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresente nível de desempenho acima de sua idade a oportunidade de concluir em menor tempo, série, períodos, ciclos ou etapas.

Deve-se esclarecer que aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência. Faz-se necessário realizar uma avaliação especial empreendida por comissão especificamente constituída para diagnosticar a aplicabilidade excepcional do dispositivo legal do educando avaliado como portador de altas habilidades.

A aceleração de estudos é entendida como a forma de propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade. O aluno com atraso escolar é aquele que se encontra com idade superior à que corresponde à série, período, etapa ou ciclo que esteja cursando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse educandário, esse documento é concebido pela comunidade escolar como instrumento teórico-metodológico, elaborado de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa. Logo, o Projeto Pedagógico retrata a identidade da escola, oferecendo diretrizes gerais quanto ao que a escola precisa desenvolver, visando tornar o seu trabalho mais agradável, produtivo e voltado para a construção de cidadania dos sujeitos que dela participam.

O trabalho coletivamente construído, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é uma tarefa sempre fácil. Mas é pela ação

coletiva que a escola se reestrutura e encontra base para a organização e produção de um ambiente alfabetizador pedagogicamente estruturado.

Ao procurar retratar a realidade desse educandário como um todo, esse Projeto Pedagógico nunca está pronto e acabado, assumindo um caráter contínuo e inclusivo. É suscetível às mudanças e reformulações, em qualquer momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED) **Como promover a construção do projeto pedagógico da escola?** Progestão – módulo III. Brasília: CONSED, 2001.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação. Perspectivas na gestão pedagógica da escola.** Campinas-SP, Papyrus, 2004.

DELORS, Jacques (organizador). **Educação um tesouro a descobrir.** 6 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5 ed., p. 1.144.

GADOTTI, Moacir. Dimensão política do projeto político-pedagógico. In: MINAS GERAIS – Secretaria de Estado de Educação. Projeto de Capacitação de Dirigentes de Escolas Públicas de Minas Gerais PROCAD - **Guia de estudo 3.** Belo Horizonte: SEE-MG, 2001.

JANUÁRIA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Bias Fortes. Januária/MG, 2004.

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei n. 9394 de dezembro de 1996.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Maria Auxiliadora Campos Araújo. **Projeto político-pedagógico e a gestão escolar democrática (uma construção coletiva)**. In: MINAS GERAIS – SEE. **Caderno do professor**. n. 9. Belo Horizonte: SEE-MG, abril/2002, pág. 30-39.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.

JANUÁRIA, **Regimento Escolar** da Escola Estadual Bias Fortes. Januária/MG, 2004.

RESOLUÇÃO SEE nº 2197 de 26 de outubro de 2012. Disponível em:
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf Acesso em 01/09/2014.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**. Campinas: Papyrus, 1995.

